

ARTIGO BIBLIOGRÁFICO PARA O CONHECIMENTO DAS LÍNGUAS DA AMAZÔNIA

Bruna Franchetto e Elsa Gomez-Imbert

R. M. W. Dixon e Alexandra Y. Aikhenvald (orgs.). 1999. *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press. 446 pp.

O livro *The Amazonian Languages* se apresenta como um “passo primeiro e preliminar para a elucidação das características estruturais das línguas amazônicas, bem como de suas relações genéticas e regionais” (:2). Pode ser considerado uma referência obrigatória para todos aqueles que desejam encontrar numa única publicação informações sistematizadas e confiáveis sobre troncos, famílias e línguas da Amazônia, não somente as que ainda existem, como também aquelas já extintas e sobre as quais existe algum tipo de documentação. É esta a razão que nos motivou a empreender uma leitura atenta de seu conteúdo e de suas premissas.

Os organizadores do livro são lingüistas com longa experiência fora da Amazônia. Robert M. W. Dixon é um renomado pesquisador das línguas aborígenes da Austrália. Alexandra Y. Aikhenvald chegou ao Brasil nos anos 80, retomando hipóteses relativas à existência de macroagrupamentos genéticos, como o Nostrático, o Austronésio, o Sino-Caucasiano e o Ameríndio, e tentando estabelecer relações entre eles, numa busca do que podemos chamar de “língua original”. Dixon e Aikhenvald se encontraram quando faziam pesquisa na Amazônia, com falantes de línguas das famílias Arawá e arawak, respectivamente. Hoje, dirigem o Research Centre for Linguistic Typology na La Trobe University, na Austrália, o qual tem atraído, ultimamente, vários estudantes, inclusive brasileiros, que realizam pesquisas sobre línguas indígenas no Brasil.

Algo surpreendente da parte de editores com um tal histórico é sua posição (introduzida logo no início do volume, à p. xxvi) de evitar o uso de qualquer uma das teorias lingüísticas formais correntes (ou passadas), de modo que os “*surveys* lingüísticos neste volume tenham um valor du-

radouro”, objetivo que desejam atingir “em termos do que veio a ser chamado recentemente de Teoria Lingüística Básica (*Basic Linguistic Theory/BLT*) [...], a tradição acumulada de descrições lingüísticas que evoluiu nos últimos dois mil anos”. A maior parte dos leitores, mesmo sendo lingüistas, certamente não ouviu falar ou leu sobre a BLT, que não consiste tanto em uma teoria quanto em um vocabulário voltado para identificação, definição e nomeação de fenômenos lingüísticos. Como tal, a BLT não está livre de teorias implícitas, o que pode gerar equívocos ou confusões conceituais.

É o caso, no livro em questão, da identificação de fenômenos considerados como manifestação de concordância ou de uma lógica “ergativa”: dependendo do autor e do modelo descritivo por ele adotado, que remete a uma teoria não explicitada, fatos distintos podem ser subsumidos sob um mesmo rótulo, ou fatos da mesma natureza, mesmo se superficialmente distintos, podem ser tratados como sendo de natureza distinta. Assim, a discussão em torno das manifestações de concordância, presentes freqüentemente, mas não sempre, na morfologia da palavra verbal, só seria possível se houvesse clareza, se não consenso, a respeito do que pode ser chamado de concordância e da diferença entre categorias substantivas ou lexicais e categorias funcionais ou gramaticais. Outro exemplo é a existência de um tipo (morfossintático) de língua conhecido como “ergativo”. Uma língua é dita ergativa se nela o agente do verbo transitivo é tratado pela morfologia ou pela sintaxe de modo a distingui-lo do paciente ou objeto do verbo transitivo, por sua vez codificado do mesmo modo que o argumento único do verbo intransitivo. É um arranjo morfossintático que se opõe ao arranjo das línguas de tipo nominativo-acusativo, como, por exemplo, o português ou o inglês, nas quais os argumentos “sujeito” constituem uma categoria que inclui o agente transitivo e o argumento único do verbo intransitivo, marcando como “outro” o objeto do verbo transitivo. Aqui, também, pode-se observar que sob o guarda-chuva da ergatividade têm-se abrigado fenômenos dos mais díspares: padrões e formas de concordância ou de séries de índices pessoais no verbo, marcas de caso nominal, mecanismos sintáticos usados para expressar a co-referencialidade (relação entre argumentos que possuem o mesmo índice referencial) e que permitem a coordenação e a subordinação, até as ordens possíveis de constituintes na frase. A confusão poderia ser clareada se os lingüistas conseguissem ter uma referência teórica comum, não do gênero BLT, mas resultante de um compromisso consciente e discutido entre teorias formais existentes, permitindo pelo menos um vocabulário compartilhado.

A idéia de evitar formalismos específicos de modo a tornar a informação mais acessível seria compreensível se os editores não tivessem decidido que “a maior parte das gramáticas (certamente todas as dotadas de um valor permanente) são escritas em termos dos parâmetros da Teoria Lingüística Básica”, e não declarassem “opacas” (:370) ou inexistentes aquelas filiadas a outras tradições — uma atitude, digamos, um tanto paroquial.

O livro compõe-se de quinze capítulos: o primeiro é uma introdução, dez deles enfocam as famílias lingüísticas maiores, dois cobrem conjuntos de pequenas famílias e línguas isoladas, dois tratam de áreas lingüísticas (Noroeste Amazônico e Alto Xingu). Sete artigos são de autoria de membros do Summer Institute of Linguistics (SIL)¹, cinco, dos próprios editores e três, de dois lingüistas brasileiros. O objetivo é fornecer um perfil tipológico para cada família ou língua na Amazônia, sintetizando o que se conhece a partir das fontes disponíveis, tanto publicadas como inéditas, incluindo informações pessoais dadas por pesquisadores e missionários. O livro oferece um panorama da Amazônia por famílias lingüísticas, contém índices de línguas e de autores, mas não trata de línguas importantes como waorani (wao ou huaorani ou auca), por exemplo, língua isolada da Amazônia equatoriana falada ainda por cerca de duas mil pessoas (ver Queixalós e Lescure 2000). Neste ensaio, nós nos concentraremos em aspectos ou capítulos que podemos efetivamente julgar a partir das nossas competências.

O conteúdo da “Introdução” (capítulo 1) — e seu tom — é, para dizer o mínimo, controverso, à parte uma salutar lição sobre o uso correto e os limites dos métodos para reconstrução do passado e da história lingüísticos, advertindo contra os perigos contidos em hipóteses frágeis concernentes às relações genéticas para além das fronteiras de famílias solidamente estabelecidas. Tanto a defesa do trabalho dos lingüistas missionários quanto a crítica dos pesquisadores sul-americanos — acusados de publicar em “periódicos obscuros”, de possuírem um baixo padrão acadêmico e de preferirem confinar-se a examinar o português e o espanhol em termos da mais recente teoria formal importada do norte — já ocasionaram protestos que foram expressos em foros locais e internacionais. A perspectiva parcial dos editores oscila entre uma aparente ingenuidade e uma visão extremamente limitada e preconceituosa. A defesa da ação missionária de instituições como o SIL na Amazônia choca-se com fatos, passados e presentes, que testemunham interesses antiindígenas e intolerância cultural. Além disso, a “obra literária” desses missionários no Brasil não é exatamente uma referência ou um sucesso: cartilhas e cole-

tâneas de textos tradicionais por eles produzidos deixam muito a desejar em termos de conteúdo e de suas qualidades pedagógicas e estéticas (ver Hvalkof e Aaby 1981; Stoll 1982). Os dois únicos bons dicionários em línguas indígenas (Grenand 1989; Mattei-Müller 1994) não são de autoria de membros do SIL. A lingüística do SIL não é muito mais produtiva, interessante ou menos dominada por modas teóricas do que a dos acadêmicos das universidades locais (leiam-se brasileiras). O uso escasso de trabalhos produzidos por pesquisadores sul-americanos não missionários — principalmente quando escritos em outra língua que não o inglês, em uma tendência que infelizmente se alastra entre pesquisadores de língua inglesa — assim como a falta de familiaridade com a etnologia amazônica e estudos históricos são provavelmente a principal causa dos erros e falhas que se encontram no livro. De fato, esse mesmo descaso diante da literatura etnológica reaparece em vários capítulos: a propósito dos mitos no capítulo 3, sobre línguas arawak; das línguas francas no Alto Xingu, no capítulo 15; ou da hipótese pouco verossímil sobre a origem das diferenças fonológicas entre fala masculina e feminina nos Karajá, no capítulo 6, que trata das línguas macro-jê.

Os capítulos de Desmond Derbyshire e Cheryl Jensen são os melhores do livro. Derbyshire consegue oferecer, no capítulo 2, um perfil tipológico consistente da família karib, com honestidade e clareza. Há, todavia, erros na apresentação de dados de outros autores, provavelmente resultantes do exame apressado de certas fontes ou da falta de familiaridade com outras. Existem fontes mais recentes sobre o Karijona do que as citadas pelo autor (Robayo 1986; 1987; 1989; 1995; 1996a-b); o “alongamento prosódico das vogais” em certas línguas karib (nota 3 à tabela 2.3, p. 29 do livro) pode ser analisado como um efeito do acento rítmico iâmbico, como Hayes fez para o Hixkaryana (ver também Meira 1998 para o Tiriyó). Alguns pontos importantes não recebem a devida atenção. A discussão dos “afixos derivacionais verbais”, cuja riqueza consiste em um dos traços tipológicos da família (3.2.1) — “fazer” verbos graças à interação entre uma morfologia altamente aglutinativa e a construção da frase-enunciado —, poderiam ser objeto de uma discussão mais ampla e melhor ilustrada.

Jensen mostra competência ao sumarizar no denso capítulo 5 as principais características da família tupi-guarani, a melhor documentada nas terras baixas sul-americanas. Todavia, Jensen deixa de fora importantes fontes brasileiras, como Leite (1990; 1994), Vieira (1993), Leite e Vieira (1991; 1995), que certamente ofereceriam informações mais abundantes e aprofundadas sobre a sintaxe tupi-guarani, sobretudo no que concerne

à natureza de pronomes e nomes, às construções causativas, aos padrões ativo-estativo² e ergativo.

Aryon Rodrigues, conhecido lingüista brasileiro, é o autor dos capítulos sobre as línguas tupi e macro-jê. O primeiro tem seu valor diminuído em virtude do desconhecimento de muitas das pesquisas em nível de doutorado feitas por estudantes brasileiros que estavam ainda em andamento quando de sua elaboração. A cobertura dos tópicos selecionados é fragmentária e muitos fenômenos interessantes não são mencionados, como, em sintaxe, a incorporação de nomes e adjetivos (Moore 1985) ou o movimento V2³ (Storto 1997) e, em fonologia, a deslabialização (perda da articulação labial) e a desnasalização (perda da nasalidade) como processos diacrônicos (Moore e Galúcio 1993).

O capítulo sobre as línguas macro-jê cumpre a importante função de reunir não apenas as referências mais importantes, como também várias informações tipológicas. Nem todas as famílias jê estão adequadamente representadas, particularmente aquela à qual pertence a língua karajá, para a qual existem boas fontes. Rodrigues apresenta o que parecem ser características morfológicas e sintáticas macro-jê; a mais interessante delas é o que o autor chama de “flexão que indica a contigüidade de um determinante”, um “dispositivo flexional difuso nas línguas macro-jê” (:181), presente também em línguas tupi e karib. Esse fenômeno é definido como uma manifestação morfológica da flexão em nomes e posições ou da concordância nos verbos. Um quadro de referência teórica teria permitido ao autor enxergar um mesmo conjunto de fatos sintáticos sob diferenças morfológicas superficiais. Perde-se de vista, assim, uma generalização potencialmente importante: as formas pronominais prefixadas parecem apresentar uma distribuição complementar com os argumentos nominais plenos. Se esta observação é válida, seria bom, pelo menos, tentar investigar a natureza da concordância, a natureza referencial dos índices pronominais e a natureza dos nomes enquanto adjuntos quando não ocorrem em posição de argumento que precede imediatamente o núcleo regente (o verbo). Há certa falta de clareza na definição das categorias lingüísticas. Por exemplo, parece que o que o autor nomeia “flexão de número” é um processo derivacional que cria verbos com um significado plural (grupo) ou iterativo (5.3). Quanto à seção dedicada à sintaxe macro-jê (6), a demonstração da unidade das famílias desse tronco por meio de uma tipologia da ordem de palavras é discutível, pois reúne dados heterogêneos, limitando-se a uma característica superficial, visto que as línguas jê utilizam-se de vários mecanismos de mudança de ordem dos elementos da frase.

O capítulo 7 é dedicado às línguas da família tukano, apresentadas sob o ponto de vista do SIL, instituição a que pertence a autora, Janet Barnes. A bibliografia é parcial: 29 das 33 referências bibliográficas são trabalhos do SIL e não há referência às publicações de pesquisadores não-missionários ou escritas em português ou em francês. Dados complementares — bibliografia, descrições, estado atual das línguas e de seus falantes, mapas recentes das áreas tukano e da Amazônia em geral — podem ser encontrados em dois livros publicados no ano 2000. O primeiro é *As línguas amazônicas hoje*, organizado por Francisco Queixalós e Odile R. Lescure; o segundo é *Lenguas Indígenas de Colombia* (daqui por diante, LIC), organizado por Maria-Stella González de Pérez e Maria-Luisa Rodríguez de Montes. A autora do capítulo “Tukano” oferece uma proposta que, se é inovadora, não está apoiada em uma argumentação convincente: a divisão da família em três ramos em lugar da divisão tradicional, geográfica, entre um ramo ocidental e um ramo oriental. O novo ramo, chamado de “central”, não corresponde a critérios geográficos e reúne duas línguas tradicionalmente incluídas no ramo oriental: a mais setentrional (cubeo ou kubeo) e a mais meridional (tanimuca ou tanimuka-retuarã) das línguas orientais. “Central” é um rótulo enganador, e os próprios editores equivocaram-se ao afirmar que as línguas tukano são faladas em três áreas distintas: “Even Tucano, one of the most linguistically homogeneous of families (sic), is spoken over three distinct areas” (:1). Nenhum perfil “central” emerge da apresentação de Barnes. Na nota 2 (:211), ela chama a atenção para a seção do capítulo dedicado à gramática das línguas tukano, onde se ressaltariam as diferenças entre o tanimuka e as outras línguas: “Note the number of instances in the grammar section where Tanimuca differs from all the other languages therein described”. Diferentemente do kubeo, que — como as outras línguas orientais — tem seis vogais, nasalidade morfêmica, evidenciais e o sistema de classificadores nominais mais rico da família, o tanimuka perdeu a sexta vogal, a nasalidade morfêmica, bem como quase todos os classificadores nominais, e tem um sistema reduzido de evidenciais. A única especificidade do ramo “central” em relação às outras línguas orientais seria a situação de contato com línguas arawak, dado o sistema de exogamia lingüística existente nessa região do noroeste amazônico. Uma das línguas orientais, o pisamira ou pápiwa, não aparece no inventário das línguas tukano (:209), pois, segundo a autora (:207), não haveria suficientes dados disponíveis para justificar a sua inclusão. González de Pérez (2000), contudo, documentou o pisamira, língua em perigo de extinção, com apenas 30 falantes.

O capítulo “Tukano” contém observações discutíveis e lacunas, das quais destacamos, aqui, as mais relevantes. Há uma seção intitulada “Adjetivos” (§3.6), classe lexical inexistente na família (e em muitas línguas, não somente amazônicas). As características tipológicas mais interessantes são achatadas, como é o caso da existência de verbos seriais, fenômeno ilustrado tão-somente por exemplos traduzidos para o inglês.

Passando para a fonologia, vê-se que não são apresentados processos segmentais e nem identificadas as moras⁴, constituintes essenciais da estrutura prosódica no condicionamento dos processos fonológicos tukano (Gomez-Imbert 1997a, b; Ramirez 1997). As moras são freqüentemente ocultadas pela redução arbitrária de vogais longas, como no caso dos pronomes; nos exemplos das línguas barasana (11, 20) e karapana (14), os pronomes, isolados ou não, têm uma mora, ao passo que em tuyuka têm sempre duas moras (17, 30, 31). A transcrição dos dados oculta um processo de alongamento: nas línguas tatuyo, karapana, barasana, makuna (e com certeza em outras), tanto as raízes lexicais quanto a palavra têm, minimamente, duas moras. Pelo efeito dessa minimalidade prosódica, os pronomes têm realização monomoraica (uma só mora) quando um sufixo aparece na palavra, mas são bimoraicos (duas moras) quando aparecem isolados. Uma raiz como “fumar”, representada por *u* em karapana (14), é bimoraica, ou seja, em realidade, *úú*. A nasalidade das línguas “centrais” e “orientais” é definida como autosegmento morfêmico, definição inadequada para o tanimuka que, como as línguas ocidentais, tem nasalidade vocálica e propagação da nasalidade bloqueada pelas consoantes surdas. A autora não oferece o inventário dos segmentos que são alvo da nasalidade e não reconhece a transparência dos segmentos surdos, detalhes importantes para uma tipologia dos sistemas de harmonia nasal, nas línguas amazônicas e alhures. Os tons das línguas tukano são uniformemente reduzidos a sistemas de acento (“accent”) ou de acento tonal (“pitch-accent”), com dois tons, alto e baixo, sendo o tom alto associado ao acento. Assim, uma palavra com tons altos teria somente tantos acentos quanto fosse o número de sílabas: esquece-se assim o valor contrastivo do acento. Algumas línguas tukano podem ser interpretadas como línguas acentuais — tuyuka (Barnes 1996), pisamira (González de Pérez 2000), desana —, mas outras só podem ser analisadas como sendo línguas tonais: tatuyo (Gomez-Imbert 1982), tukano (Ramirez 1997). A maioria das línguas orientais é tonal, segundo as descrições que constam do LIC. Numa análise do barasana como língua de acento tonal (Gomez-Imbert 1997a; Gomez-Imbert e Kenstowicz 2000), são necessários dois valores acentuais ou dois acentos para opor as duas melodias tonais presen-

tes no léxico: alto, alto-baixo. Dessa maneira, a análise tonal permite dar conta de processos que a análise acentual não pode explicar (Gomez-Imbert 2001).

Ainda no mesmo capítulo, a identificação de alguns morfemas nos parece questionável. Vale a pena dar alguns exemplos que mostram como as análises propostas não se adequam à riqueza do material empírico de que dispomos. Assim, a forma *-ja/je* (§3.2.2) não é apenas a de um sufixo genitivo, pois se comporta como uma raiz nominal nas línguas da área piraparaná (tatuyo, karapana, barasana, makuna). As ocorrências do sufixo *-re* são apenas parcialmente explicadas, se restringirmos seu significado ao de um “marcador de especificidade” (“specificity marker” (§3.4)). Trata-se, primariamente, de um marcador de objeto oblíquo (ou indireto, exceto em *tanimuka*); secundariamente, *-re* marca um objeto indireto e também um objeto direto, dependendo de uma escala de saliência em relação ao traço “animado”.

Vejamus uns poucos exemplos da língua *tatuyo*. Esse sufixo pode aparecer no objeto especificado com referência inanimada, como na frase *pátu-re ~dá_i-ha_j-ká-hoó-wí*, “nós_j mandamos a coca para eles_i”; mas se o objeto inanimado co-ocorrer, na mesma frase, com um objeto animado, será este último que levará o sufixo (*~dá-re pátu ha_j-ká-hoó-wí*, “para eles nós_j mandamos a coca”). Por outro lado, quando o objeto não é especificado, é engatilhado um processo de incorporação nominal (*~dá_i-ha_j-ká[pátu--dúú]wí* “nós_j [coca-alimentar] eles_i”). Como se vê, temos aqui um contra-exemplo à generalização que consta do capítulo 1 do livro, que afirma: “Se há incorporação nominal, tipicamente apenas nomes obrigatoriamente possuídos podem ser incorporados” (“If there is noun incorporation, typically only nouns which are obligatorily possessed can be incorporated”). A incorporação de nomes absolutos⁵ (“camarões-pescar”, “formigas-queimar”) não é menos usual que a incorporação de nomes dependentes. Outras generalizações podem ser infirmadas. Em *tatuyo*, os verbos com semântica espacial podem receber dois prefixos de referência cruzada (*~dá_i-ha_j-ká-ehá-wí* “nós_j alcançamos eles_i”) e são providos de três posições para prefixos: duas para a referência cruzada dos argumentos com referência animada e uma para o prefixo de modo-aspecto *ká-*, identificado pela autora como sendo somente um prefixo nominal (ver Gomez-Imbert 1982). Os dados não confirmam outra generalização proposta: “As línguas tucano são inteiramente sufixais” (“Tucano languages are entirely suffixal”).

A afirmação de que o multilingüismo é a norma na Amazônia (:5) baseia-se na identificação de duas áreas lingüísticas caracterizadas por

fenômenos de contato e conseqüente difusão entre línguas não relacionadas geneticamente. No capítulo 14, “Areal diffusion and language contact in the Içana-Vaupés basin, north-west Amazonia”, Alexandra Y. Aikhenvald procura estabelecer a difusão de três famílias geneticamente independentes, arawak setentrional (AR), tukano oriental (TO) e makú (MA), identificando traços partilhados pelas línguas nessa área e utilizando como “controle” línguas “testemunho”, ou seja, línguas das mesmas famílias faladas fora da área. Seguimos essa mesma estratégia usando o achagua (AR, Meléndez 1989) e as línguas TO da área Piraparaná (trabalhos de Gomez-Imbert) como línguas “testemunho”, mas não encontramos evidências fortes a favor do argumento da autora. O leitor pode procurar informações sobre as três famílias em contato nos capítulos 3, 7 e 9 do livro.

Aikhenvald afirma que as bacias dos rios Vaupés e Içana formam uma área lingüística bem definida e que, dentro desta área, a bacia do Vaupés é claramente uma subárea: “[...] the combined Vaupés and Içana river basins constitutes a well-defined linguistic area; and within this the Vaupés basin is a clear linguistic sub-area” (:385). A perspectiva da autora é parcial, pois refere-se somente à porção brasileira, e contém erros no que diz respeito à situação na Colômbia. O baixo rio Caquetá-Yapurá, tributário setentrional do rio Amazonas, e seus afluentes (Cananari, Piraparaná e Miritiparaná) foram esquecidos. Além disso, os grupos TO do Piraparaná (Tatuyo, Barasana/Taiwano, Makuna) são situados equivocadamente no rio Vaupés (“on the Vaupés”). A partir de uma perspectiva mais ampla, temos um quadro diferente da área toda, onde os TO aparecem rodeados por grupos arawak, enquanto os Makú não apenas os circundam como também estão dispersos entre eles (LIC tem excelentes mapas da área colombiana). Há situações de contato, relevantes para entender a complexidade do sistema intertribal da região, não consideradas. No ocidente, encontramos os Kabiayari (AR) junto com grupos TO do Piraparaná, resultando, por exemplo, em similaridades entre a mitologia kabiayari e a barasana. No sul, o contato aproxima o yukuna (AR) e o tanimuka (TO), com influências arawak sobre este último (apenas mencionadas, na nota 6). Ignorando que as línguas yukuna e o kabiayari são faladas na Colômbia, a autora afirma, equivocadamente, que a principal diferença entre o Uaupés brasileiro e o Vaupés colombiano é o fato de que uma língua não-tukano, tariana, é falada no Brasil (no mapa 2, p. 66, kabiayari e yukuna estão de fato muito longe de sua localização real)⁶.

O capítulo escrito por Aikhenvald é antes um esboço que um texto fechado, o que talvez explique as repetições e os erros. Há erros de trans-

crição das línguas TO: *c* e não *k* (9, 31), *j* e não *h* (31, 32); *ph* (19, 22) e *kh* (35) e *h* em coda silábica (35) são segmentos fonéticos não fonológicos em tukano; *yei* (1, 2) no lugar de *yɨʔi* “I (eu)”, uma vez que *ei* é uma seqüência de vogais impossível na maioria das línguas TO. Há erros nas glosas — “cobra” e não “anaconda” (19) —, e de classificação: o *tanimuka*, tradicionalmente no ramo tukano oriental, e no capítulo 7 no ramo central, está, agora, no ramo ocidental, “West Tucano”. Há também erros na utilização do vocabulário sociológico: o significado de “fratria” não é bem compreendido no contexto tukano oriental; é usado o termo “tribo”, hoje cuidadosamente evitado pelos antropólogos que estudam essas sociedades, e é introduzida uma nova e discutível unidade social, “subtribo”.

Uma observação central diz respeito às atitudes diante da língua. Segundo Aikhenvald, o papel de emblema de identidade étnica assumido pela língua paterna faz com que mesmo as línguas mais próximas sejam mantidas estritamente separadas, criando um impedimento muito forte para empréstimos lexicais, em contraste com outras situações de multilingüismo. A identificação do grupo social com a sua língua e a percepção de uma associação entre “tribo” e língua limitariam drasticamente os empréstimos lexicais (“language identification and the perceived link between tribe and language drastically limit the extent of lexical borrowing”, p.392). Na verdade, empréstimos lexicais vindos da língua materna ocorrem na vida cotidiana, simplesmente pelo fato de a língua da mãe ser a primeira a ser aprendida pela criança; as variações presentes em uma mesma língua são introduzidas por meio das línguas maternas dos falantes. Pares de línguas TO estreitamente relacionadas — *karapana/tatuyo*, *barasana/taiwano* — pertencem a grupos ligados por trocas matrimoniais preferenciais, e é difícil decidir se a proximidade é devida à conexão genética, ao contato, ou a ambos. Empréstimos lexicais entre famílias operaram com certeza em casos como: a) “tucano”: *jáatΘe*, *baniwa* (AR), *dasé*, tukano (TO), *racé*, *barasana* (TO); b) “onça”: *ʔjawi*, *achagua* (AR), *jáabi*, *baniwa* (AR), *jabí*, *kubeo* (TO), *jái*, *barasana* (TO); *jabí~bi*; c) “cão”: *kubeo* (TO), *ʔjawi-mi*, “o que foi onça”, *achagua* (AR).

As evidências fonológicas de contatos interlingüísticos são pouco convincentes. Primeiro, vejamos as três características do *tariana* partilhadas com TO e MA (:394-395): 1) a nasalização como traço prosódico da palavra, 2) o acento tonal e os padrões de entonação, 3) os fonemas com pouca carga funcional. A nasalidade (1) é definida como “auto-segmento associado ao morfema” em TO (capítulo 7), como “prosódia da sílaba” em MA (capítulo 9), e nenhuma evidência desta propriedade é apresentada para o *tariana*. Uma vez que o acento tonal (2) não existe em tukano, a

mais tonal das línguas TO (Ramirez 1997), é difícil atribuir o acento tonal tariana à influência tukano. Dois fonemas com baixa carga funcional, *i*, *o*, presentes nas línguas TO e MA, não existem, segundo Aikhenvald, em outras línguas AR; em realidade, o *i* existe em Guajiro e o *o* do marcador feminino tariana aparece também em achagua (AR) {-*to*, *tfo*, *u*}.

Em segundo lugar, os traços tariana resultantes da influência TO incluem: a) nas oclusivas aspiradas, fonemas próprios do tariana e ausentes em tukano, a carga funcional baixa e a tendência a uma variação livre com as oclusivas simples seriam influência tukano; b) a ocorrência de sílabas (*C*)*Vh*⁷ no meio da palavra, alternando com (*C*)*hV* e *CVh* antes de oclusivas surdas, lembra as sílabas *CVh* do tukano (esta última existe em achagua como sílaba êmica, *nu-enahto* “minha filha”, ao passo que em tukano é ética); (c) *y* torna-se *dy* em início de palavra, um processo comum também em achagua (AR); (d) a oclusiva glotal que, sem ser contrastiva, aparece esporadicamente no fim de palavra em tariana, seria influência de um traço prosódico de final de sentença do barasana e tatuyo, línguas da área Piraparaná que não têm nenhum contato com o tariana.

Línguas TO, que se estendem pelo Brasil e avizinham-se ao tariana, mostram grande atividade na região do aparelho fonador conhecida como “laringe”, atividade ausente nas línguas do Piraparaná, afastadas do tariana e que não apresentam pré-aspiração ou pós-aspiração das oclusivas surdas. As línguas tukano orientais vizinhas do tariana têm sílabas éticas *CVh* e *ChV* (tukano), oclusivas aspiradas êmicas *Ch* (Wanano), apagamento de uma vogal tautomorfêmica antes de *h* ou entre consoantes surdas (tukano, Wanano), e oclusão glotal êmica ou ética (ver descrições no LIC). Alguns desses traços reaparecem em tanimuka (TO) e yukuna (AR). A direção da difusão não é evidente, nestes e em outros casos. Classificadores nominais são comuns às línguas TO e AR. As primeiras distinguem duas classes conceituais maiores, entes animados (incluindo todos os animais) e entes inanimados. As arawak classificam os animais pela forma, ao passo que as tukano orientais o fazem apenas com entes inanimados. Em Kubeo (TO), todavia, classificadores de forma aparecem em nomes referentes a animais (Gomez-Imbert 1996), ao passo que o tanimuka (TO) desenvolveu um marcador de gênero neutro *-a/-ka* que aparece em nomes referentes a animais e a entes inanimados; ambos os grupos têm mantido intensas trocas com povos arawak, baniwa no primeiro caso e yukuna no segundo.

A difusão regional reduz-se de fato, para Aikhenwald, à influência unilateral das línguas TO na língua tariana (AR). Com relação às oclusivas aspiradas surdas, daria para pensar que a direção da influência vai do tariana ao tukano⁸.

O capítulo 15, escrito por Lucy Seki, lingüista da Universidade de Campinas, é dedicado a um outro exemplo de sistema sociocultural multi-lingüe — o Alto Xingu. Neste, seria possível detectar não apenas a direção e os significados dos empréstimos lexicais, mas também os sinais de uma difusão de traços fonológicos e morfológicos através das fronteiras de línguas geneticamente não conectadas. Infelizmente, não há evidências que suportem a afirmação da autora de que algumas características fonológicas e morfológicas das línguas alto-xinguanas resultem de difusão. Entre os traços considerados como tendo se desenvolvido nas línguas karib e tupi-guarani xinguanas devido à “influência” arawak, a mudança $p > h$ é um processo de debucalização (perda da articulação na cavidade bucal) observado em todo o mundo como mudança natural (no Uaupés, acontece em barasana/taiwano e makuna sem nenhuma influência arawak). Uma relação causal é proposta entre a estrutura silábica CV arawak e a ocorrência dessa mesma estrutura no karib xinguanos, que seria excepcional; aprendemos, porém, nos capítulos 3 (:78) e 2 (:26) do mesmo volume, que línguas arawak e línguas karib não xinguanas têm uma estrutura silábica muito similar $(C)V(V)(C)$, com um conjunto muito similar de consoantes permitidas na posição de coda. Mais do que isso, há erros geográficos (leste e oeste, e norte e sul, têm suas posições trocadas nas tabelas 5.1 e 5.2) e importantes fontes de informação lingüística, etnográfica e histórica são ignoradas. São esquecidos os Bakairi, grupo indígena que fala uma língua de um dos ramos meridionais da família karib e que permaneceu um longo tempo integrado ao sistema alto-xinguanos e nunca deixou de ter com este relações significativas (Franchetto 2001).

Em vários pontos do livro apresentam-se traços lingüísticos e culturais supostamente recorrentes, em listas à la Borges elaboradas com base em informações banais ou simplesmente errôneas. Um exemplo são as páginas sobre difusão (:7-10), onde encontramos um esboço das fonologias amazônicas: “Há tipicamente um fonema líquido, que é freqüentemente um *flap*. Há usualmente mais africadas que fricativas. Uma vogal central alta não-arredondada *i* é freqüente. Um sistema vocálico amazônico típico tem como membros *i, e, a, i, u, o*. Há tipicamente nasalização contrastiva de vogais”. O perfil consonantal pobre — um *flap* e mais africadas que fricativas — precisa ser matizado: o *flap* pode ser um alofone de *d*, e africadas coronais são muitas vezes parte de uma série de oclusivas ou podem ter alofones fricativos. Há, por outro lado, características tipológicas relevantes, que tanto autores quanto editores deixaram passar. Uma distinção entre soantes e obstruintes, como sendo as duas classes maiores de consoantes, em lugar de uma correlação de vozeamento, é um traço amplamente

disseminado na Amazônia: na família karib, onde o vozeamento parece recente, quando existente; em metade da família arawak; em quatro de nove dos ramos do tronco tupi; nas línguas tupi-guarani; em pequenas famílias como Kahuapana, Jivaro, Peba-yagua, Zaparo, Yanomami, Txapakura; nas línguas Bora (Witoto) e Warao; em Trumai, onde existe apenas uma obstruinte vozeada *d*, que é implosiva; em duas das três línguas Nambikwara. A nasalidade como propriedade não-segmental, uma vez que se estende por vários segmentos, é uma característica de área mais importante do que as vogais nasais. É significativo que dados de línguas amazônicas sejam amplamente usados em artigos tipológicos recentes (Peng 2000). Alguns tipologistas podem achar útil o tipo de informação mencionada acima, mas fonólogos que trabalham com descrições e análises mais precisas farão, provavelmente, o que fez um dos editores do livro (:1): “aprender espanhol e português e, então, ir para a América do Sul [e] dessa maneira conseguir alcançar algum grau de *insight* na área lingüística mais complexa, hoje, no mundo”.

The Amazonian Languages é, sem dúvida, o resultado de um trabalho exaustivo de seus editores. É um *handbook* que estará, obviamente, em todas as livrarias e nas estantes dos pesquisadores que estudam a Amazônia, objeto de constantes consultas. Um lingüista amazonista, todavia, tem a sensação de que o livro é prematuro e foi feito às pressas. Uma revisão mais cuidadosa teria evitado erros em mapas, tabelas, exemplos e dados, em geral. É certamente um “passo preliminar”, como dizem os editores, e não é o “primeiro” (ver Payne 1990, uma obra não mencionada no capítulo 1). Além disso, como procuramos mostrar em nossos comentários, não parece ser satisfatoriamente representativo dos atuais conhecimentos sobre línguas amazônicas, sob vários pontos de vista⁹. O conselho dos próprios editores poderia também se aplicar a alguns capítulos do livro: “Deveríamos ter presente que o simples fato de algo ter sido publicado num livro não significa necessariamente que este algo tenha algum valor” (:15).

Recebido em 30 de fevereiro de 2004

Aprovado em 3 de setembro de 2004

Bruna Franchetto é professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Elsa Gomez-Imbert é pesquisadora do CNRS associada à Université Toulouse 2, ERSS.

Notas

¹ O Summer Institute of Linguistics é uma das maiores organizações missionárias evangélicas, de origem norte-americana, que atuam no Brasil, bem como em muitos países da América Latina e do resto do mundo, onde vivem populações consideradas como não tendo ainda recebido a palavra do Deus do cristianismo, revelada e difundida através das diversas línguas existentes. Os membros do SIL são geralmente formados em lingüística e treinados para estudar línguas de sociedades de tradição oral (ou ágrafas), reduzi-las à escrita graças ao estabelecimento de ortografias de base fonológica, realizar a tradução de textos bíblicos e do Evangelho e implementar a alfabetização de modo a produzir leitores e propagadores do credo cristão, com todos seus corolários morais e culturais.

² A tipologia de base morfossintática distingue, além das línguas com sistema ergativo-absolutivo e das línguas com sistema nominativo-acusativo, línguas ativo-estativas. Nestas, observa-se a cisão em duas categorias do que é comumente chamado de “sujeito” do verbo intransitivo. O sujeito intransitivo ativo manifesta a mesma forma do e se comporta como o sujeito (agente) transitivo, ao passo que o sujeito intransitivo estativo ou inativo tem a mesma forma e se comporta como o objeto (paciente) transitivo. Muitas vezes, a forma do argumento inativo revela ter a mesma natureza dos índices pronominais que ocorrem nos nomes que designam o “possuidor” (uma relação de dependência).

³ Na visão gerativa da sintaxe, o fenômeno chamado de “V2” é interpretado como resultante do movimento do verbo da posição em que é inicialmente gerado para a posição que segue imediatamente o primeiro constituinte da frase.

⁴ Na representação fonológica dos fenômenos prosódicos, a mora é a unidade melódica ligada de um lado à sílaba e do outro aos segmentos (vogais e consoantes). Uma vogal longa ou uma consoante geminada são, assim, representadas como sendo associadas a duas moras. A fonologia prosódica é, hoje, um ramo essencial da descrição e da teoria que trata dos fatos sonoros das línguas.

⁵ Nomes absolutos contrastam com nomes dependentes ou “obrigatoriamente possuídos”. Os segundos são inerentemente relacionais e dependem, em seu sentido, de outro termo, que, por exemplo, denota o “possuidor”, como é o caso de termos que denotam partes do corpo (cabeça de X) ou categorias de parentesco (irmão de X). Os nomes absolutos podem entrar numa relação de dependência, mas seu sentido não é primariamente relacional (vento, gaivota, pimenta, etc.).

⁶ Em livro mais recente sobre contato lingüístico no noroeste amazônico (Aikhenvald 2002), a autora apresenta uma visão diferente dessa área.

⁷ C é consoante, V é vogal; os parênteses indicam segmento que pode ou não ocorrer; h é som aspirado, laringal, porque produzido com as membranas co-

nhecidas como “cordas vocais” relaxadas e abertas, não tendo nenhuma articulação na cavidade da boca.

⁸ No capítulo 3 (:77) lê-se que “(6) a full set of aspirated voiceless stops is found only in some NA [northern arawak] languages (Biç, Ta) (...) These languages developed aspirated labial and velar stops as the result of a metathesis with *h* (...) An example of the sequence stop-*V-h* in proto-NA is **ku:paki* > *ku:pahi* > *ku:phe* in baniwa and tariana”. Acompanhando observações de Gomez-Imbert, podemos dizer que o mesmo acontece em tukano: *h* pode desvozear (ensurdecer) ou apagar a vogal tautomorfêmica precedente, como em “barra (de sabão)” — *kuhi* > *kUhi/khi*, ou permitir metátese, resultando na forma — *khui* (p.d.). O desvozeamento ou apagamento de vogal pode levar a afirmar impropriamente que existe uma série de oclusivas aspiradas em tukano (ver West e Welch em Gonzalez-de-Perez e Rodriguez de Montes 2000).

⁹ Aikhenvald, em seu livro *Language Contact in Amazônia*, recentemente publicado (2002: 2, n. 1), reitera que *Amazonian Languages* deve ser considerado “as a state of the art classification”, visto que, segundo ela, está todo baseado nos conhecimentos de pesquisadores familiares com cada uma das famílias lingüísticas.

Referências bibliográficas

- AIKHENVALD, Alexandra Y. 2002. *Language Contact in Amazônia*. Oxford: Oxford University Press.
- FRANCHETTO, Bruna. 2001. "Línguas e história no Alto Xingu". In: B. Franchetto e M. Heckenberger (orgs.), *Os povos do Alto Xingu. História e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. pp. 111-156.
- GOMEZ-IMBERT, Elsa. 1982. *De la forme et du sens dans la classification nominale en tatuyo (langue Tukano Orientale d'Amazonie Colom-bienne)*. Thèse de 3^e cycle, U. Paris-Sorbonne [TDM 19. Paris: ORS-TOM, 1986].
- . 1996. "When animals become 'rounded' and 'feminine': conceptual categories and linguistic classification in a multilingual setting". In: J. J. Gumperz e S. C. Levinson (orgs.), *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 438-469.
- . 1997a. *Morphologie et phonologie barasana: approche non-linéaire*. Doctorat d'Etat, Université Paris 8. Saint-Denis.
- . 1997b. "Structure prosodique et processus segmentaux en barasana (langue Tukano orientale d'Amazonie colombienne)". *Cahiers de Grammaire*, 22:97-125. Toulouse: U. Toulouse-Le Mirail.
- . 2001. "More on the tone versus pitch accent typology: evidence from Barasana and other Eastern Tukanoan languages". In: Shigeki Kaji (ed.), *Proceedings of the Symposium Cross-Linguistic Studies of Tonal phenomena. Tonogenesis, Japanese. Accentology and other Topics*, pp. 369-412. Tokyo: Institute for the study of Languages and Cultures of Asia and Africa ILCAA.
- e KENSTOWICZ, Michael. 2000. "Barasana tone and accent". *International Journal of American Linguistics*, 66.4: 419-463.
- GRENAND, Françoise. 1989. *Dictionnaire Wayãpi-Français*. Paris: SELAF.
- HAYES, Bruce. 1994. *Metrical Stress Theory: Principles and Case Studies*. Chicago: University of Chicago Press.
- HVALKOF, Søren, e AABY, Peter (-orgs). 1981. *Is god an American? An anthropological perspective on the missionary work of the Summer Institute of Linguistics*. Copenhagen: IGWIA and Survival International.
- LEITE, Yonne. 1990. "Para uma tipologia ativa do Tapirapé: os clíticos referenciais de pessoa". *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 18:37-56.
- . 1994. "As construções causativas em Tapirapé". *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticos*, VIII:73-86.
- e VIEIRA, Márcia D. 1991. "Atividade e Ergatividade nas línguas da família Tupi-Guarani: problemas de análise". In: *Anais do V Encontro Nacional da ANPOLL* (Recife, 25-27 de julho de 1990): 247-255. Porto Alegre: ANPOLL.
- . 1995. "As construções causativas em Línguas da Família Tupi-Guarani: um problema sintático". In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPOLL*, v. 1: 974-980. João Pessoa.
- GONZÁLEZ DE PÉREZ, Maria-Stella. 2000. "Bases para el estudio de la lengua pisamira". In: M. S. Gonzalez-de-Perez e M. L. Rodriguez de

- Montes (orgs.), *Lenguas indígenas de Colombia: una visión descriptiva*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo. pp. 373-393.
- e RODRÍGUEZ DE MONTES, Maria-Luisa (orgs.). 2000. *Lenguas indígenas de Colombia: una visión descriptiva*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo. [LIC].
- MATTEÏ-MÜLLER, Marie-Claude. 1994. *Diccionario ilustrado Panare-Español, índice Español-Panare. Un aporte al estudio de los Panare-Eñepa*. Comisión Nacional para la Comemoración del Quinto Centenario del Descubrimiento de América. Caracas: Gráficas Armitano.
- MEIRA, Sérgio. 1998. "Rhythmic stress in Tiriyó (Cariban)". *International Journal of American Linguistics*, 64.4:352-378.
- MELÉNDEZ, Miguel-Angel. 1989. El nominal en achagua. *Lenguas aborígenes de Colombia. Descripciones*, 4: 3-66. Bogotá: CCELA.
- MOORE, Denny. 1985. "Nominal Stem and Adjective Stem Incorporation in Gavião". *International Journal of American Linguistics*, 51.4:513-515.
- e GALÚCIO, Vilacy A. 1993. "Reconstruction of Proto-Tupari Consonants and Vowels". Survey of California and other Indian Languages, Report 8. In: M. Langdon, *Proceedings of the Meeting of the Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas, July 2-4, 1993, and the Hokan-Penutian Workshop, July 3, 1993, Columbus, Ohio*. Berkeley: University of California. pp. 119-138.
- PAYNE, Doris L. (org.). 1990. *Amazonian Linguistics. Studies in Lowland South American Languages*. Austin: University of Texas Press.
- QUEIXALÓS, Francisco e LESCURE, Odile (orgs.). 2000. *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: IRD, ISA, MPEG.
- RAMIREZ, Henri. 1997. *A fala tukano dos ye'pa-masa*. Manaus: CEDEM. t. 1: *Gramática*.
- ROBAYO, Camilo. 1986. *La flexión verbal del carijona*. Tesis de grado, U. de los Andes, Postgrado de Etnolingüística. Bogotá.
- . 1987. *Le système des personnes de la langue carijona*. Mémoire de DEA, U. Paris VII-Jussieu. Paris.
- . 1989. "En faisant une rame: texte carijona". *Amerindia*, 14:189-199.
- . 1995. "¿Llegó tarde la educación a los Carijona?". *Lenguas Aborígenes de Colombia*, Bogotá: CCELA Universidad de los Andes, Memorias 3.
- . 1996a. "Comentarios sobre los documentos de Uribe, de De Wavrin y Tastevin sobre la lengua Carijona y datos actuales". In: J. Landaburu, A. M. Ospina e T. Rojas Curieux (orgs.), *Documentos sobre Lenguas Aborígenes de Colombia del archivo de Paul Rivet*. Bogotá: Universidad de los Andes. pp. 511-516.
- . 1996b. "Datos actuales de la lengua Carijona, equivalentes al documento de De Wavrin donde usa el cuestionario llamado 'Vocabulario personal'". In: J. Landaburu, A. M. Ospina e T. Rojas Curieux (orgs.), *Documentos sobre Lenguas Aborígenes de Colombia del archivo de Paul Rivet*. Bogotá: Universidad de los Andes. pp. 517-520.
- . 1996c. "Datos actuales de la lengua Carijona, equivalentes al documento de De Wavrin donde utiliza el cuestionario del Instituto Etnológico de Paris". In: J. Landaburu, A. M. Ospina e T. Rojas Curieux (orgs.), *Documentos sobre Lenguas Aborígenes de Colombia del archivo de Paul Rivet*. Bogotá: Universidad de los Andes. pp. 521-538.

- . 1996d. "Datos actuales de la lengua Carijona, equivalentes al documento de Tastevin 'Uitoto, Carijona, Tanimuca, Curetú y Cocama'". In: J. Landaburu, A. M. Ospina e T. Rojas Curieux (orgs.), *Documentos sobre Lenguas Aborígenes de Colombia del archivo de Paul Rivet*. Bogotá: Universidad de los Andes. pp. 539-554.
- STOLL, David. 1982. *Fishers of men or founders of empire? The Wycliffe Bible Translators in Latin America*. London: ZED.
- STORTO, Luciana R. 1997. Verb raising and word order variation in Karitiana. *Boletim da ABRALIN*, 20:107-32.
- VIEIRA, Márcia M. D. 1994. *O fenômeno de não-configuracionalidade na língua Asurini do Trocará: um problema derivado da projeção dos argumentos verbais*. Tese de Doutorado, 274 f. Depto de Lingüística, IEL, Unicamp. Campinas.

Resumo

O livro *Amazonian Languages*, organizado por R. M. W. Dixon e A. Y. Aikhenvald, publicado em 1999, já é uma obra de referência, de consulta quase obrigatória para todos os que se interessam por lingüística, línguas indígenas da Amazônia e etnologia das terras baixas da América do Sul. Não obstante, o livro contém partes e temas que têm suscitado reações na comunidade científica, fora e dentro do Brasil. Este ensaio apresenta não somente as contribuições do livro para o avanço dos conhecimentos sobre línguas amazônicas, mas também as críticas das quais são passíveis alguns de seus capítulos, por suas limitações empíricas e teóricas, bem como a Introdução, por suas colocações provocativas a respeito de certas políticas de pesquisa na América do Sul. A introdução do livro opõe categorias — lingüistas nacionais *versus* estrangeiros — e escamoteia identidades — lingüistas missionários e missionários lingüistas —, descrevendo um quadro discutível e equivocado do que são e significam a pesquisa e o estudo das línguas indígenas, sejam elas “amazônicas” ou não.

Palavras-chave Línguas indígenas; Lingüística; Amazônia; Etnolingüística; Política lingüística

Abstract

The book *Amazonian Languages*, compiled by R. M. W. Dixon and A. Y. Aikhenvald, published in 1999, is already a reference work — indeed, practically compulsory reading for anyone interested in linguistics, the indigenous languages of Amazonia and the ethnology of lowlands South America. Nonetheless, the book contains sections and themes that have provoked strong reactions in the scientific community both inside and outside Brazil. This essay presents not only the book's undoubted contributions towards advancing our knowledge of Amazonian languages, but also the criticisms justifiably levelled at some of its chapters, caused by empirical and theoretical limitations, as well as others concerning the book's introduction and its provocative opinions regarding specific research policies in South America. The introduction to the book opposes categories (national *versus* foreign linguists), plays verbal sophistry with identities (missionary linguists and linguistic missionaries) and paints a contestable and erroneous picture of what it means to research and study indigenous languages, 'Amazonian' or otherwise.

Key words Indigenous Languages; Linguistics; Amazonia; Ethnolinguistics; Linguistic policies.